



## CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

(Publicada no Diário da Justiça, de 08/04/2008, pág. 87)

### RESOLUÇÃO Nº 27, DE 10 DE MARÇO DE 2008.

#### **Disciplina a vedação do exercício da advocacia por parte dos servidores do Ministério Público dos Estados e da União.**

**O CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, no exercício das atribuições conferidas pelo artigo 130-A, §2º, inciso II, da Constituição da República, e no artigo 19 do seu Regimento Interno, em conformidade com a decisão plenária tomada em sessão realizada no dia 10 de março de 2008;

**Considerando** a decisão plenária proferida nos autos do processo n. 0.00.000.000126/2007-69, em sessão realizada no dia 18 de junho de 2007;

**Considerando** os princípios constitucionais da moralidade, da isonomia e da eficiência;

**Considerando** as disposições dos artigos 21 da Lei n. 11.415/2006 e 30 da Lei n. 8.906/94;

**Considerando** a necessidade de estabelecer, no particular, tratamento isonômico entre os servidores do Ministério Público da União e dos Estados;

#### **RESOLVE:**

**Art. 1º.** É vedado o exercício da advocacia aos servidores efetivos, comissionados, requisitados ou colocados à disposição do Ministério Público dos Estados e da União.

**Art. 2º.** Ficam resguardados os atos processuais já praticados, vedando-se, entretanto, a continuidade do exercício da advocacia, mesmo àqueles que já venham exercendo essa atividade até a data da publicação desta Resolução, observado o impedimento fixado no art. 30, I, da Lei n. 8.906/94.

**Art. 3º.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de março de 2008.

**ANTONIO FERNANDO BARROS E SILVA DE SOUZA**  
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público